

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda. – Sicoob Palmeiras
Palmeiras de Goiás/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda. – Sicoob Palmeiras, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Palmeiras em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do Sicoob Palmeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 31 de janeiro de 2017 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Sicoob Palmeiras é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 12 de março de 2018.




Nestor Ferreira Campos Filho
Contador CRC DF – 013421/O-9
CNAI 1727



COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE PALMEIRAS E REGIÃO LTDA
Av. Humberto Mendonça, Nº223, Vila São Jose - CEP: 76.190-000
CNPJ. 37.631.058/0001-43 - e-mail:credipalmeiras@sicoobgoias.com.br

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(EM R\$)

ATIVO	2017	2016	PASSIVO + PATRIMONIO LIQUIDO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	55.738.759	44.926.096	PASSIVO CIRCULANTE	32.404.740	25.712.900
DISPONIBILIDADES	372.231	293.941	DEPÓSITOS (NOTA 9)	20.135.911	14.437.446
Caixa e Equivalentes de Caixa	372.231	293.941	DEPÓSITOS A VISTA	9.504.303	5.980.691
			DEPÓSITOS A PRAZO	10.631.608	8.456.755
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 4)	22.336.581	15.783.361	OBRIGAÇÃO POR LETRAS DO AGRONEGOCIO	140.654	0
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA	22.336.581	15.783.361	LETRA DE CREDITO DO AGRONEGOCIO - LCA	140.654	0
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 5)	31.606.357	28.066.338	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 10)	8.249.308	7.450.777
Setor Privado	32.261.448	28.468.352	REPASSES INTERFINANCEIROS	8.249.308	7.450.777
(-) PROVISÃO PARA CLD	-655.091	-402.014	RELAÇÃO DE INTERDEPENDENCIAS (NOTA 11)	2.219.500	2.451.400
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 6)	1.423.590	782.456	RECURSOS EM TRÂNSITO DE TERCEIROS	2.219.500	2.451.400
RENDAS A RECEBER	10.507	12.246	OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 12)	1.659.367	1.373.277
DIVERSOS	1.413.083	770.210	COB E ARRECAD. DE TRIB.E ASSEM.	16.242	2.599
			SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS	373.906	354.064
			FISCAIS E PREVIDENCIARIAS	441.858	392.850
ATIVO NÃO CIRCULANTE	10.711.945	9.898.356	DIVERSAS	827.361	623.764
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 5)	5.070.647	5.306.026	PASSIVO NÃO CIRCULANTE (NOTA 12)	103.198	103.198
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.469.871	5.644.742	OUTRAS OBRIGAÇÕES	103.198	103.198
(-) PROVISÃO PARA CLD	-399.224	-338.716	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 14)	33.942.766	29.008.354
INVESTIMENTOS (NOTA 7)	5.010.794	4.415.492	CAPITAL	25.261.919	22.018.094
OUTROS INVESTIMENTOS	5.010.794	4.415.492	CAPITAL SOCIAL	25.261.919	22.018.094
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 8)	607.113	139.806	RESERVA DE LUCROS	7.601.987	6.144.423
IMÓVEIS DE USO	450.000	0	SOBRAS/PERDAS ACUMULADAS (NOTA 14.e)	1.078.860	845.837
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO	607.490	563.044			
(-) DEPRECIACIONES ACUMULADAS	-450.377	-423.238			
INTANGIVEL	23.391	37.032			
ATIVOS INTANGIVEIS	305.633	305.633			
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-282.242	-268.601			
TOTAL DO ATIVO	66.450.704	54.824.452	TOTAL DO PASSIVO+PATRIM LIQUIDO	66.450.704	54.824.452

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Palmeiras de Goiás - GO, 31 de Dezembro de 2017.

JOSE RENNER DE SOUZA RATES
CPF: 301.740.231-20
PRESIDENTE

RICARDO WAGNER DE OLIVEIRA
CPF: 219.008.331-15
DIRETOR ADMINISTRATIVO

FERNANDA CASTORINA CAMPOS
Contadora CRC-GO 020222/0-3
CPF: 017.748.781-00





DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS
Semestre e Exercício findos em 31 de Dezembro de 2017
e Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016
(Em R\$)

DISCRIMINAÇÃO	2º SEM. 2017	31/12/2017	31/12/2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (NOTA 16)	4.028.821	7.792.486	7.348.042
Operações de Crédito	4.028.821	7.792.486	7.348.042
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	-1.361.053	-2.125.852	-2.729.202
Operações de Captação no Mercado (NOTA 9.b)	-591.635	-1.231.475	-1.492.347
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	-224.769	-403.495	-792.904
Provisão e Reversão para Créditos Liquidação Duvidosa	-544.649	-490.882	-443.951
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.667.768	5.666.634	4.618.840
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	230.902	55.546	490.135
Receitas de Prestação de Serviços	422.743	785.409	592.390
Rendas de Tarifas Bancárias	90.247	165.438	142.526
Outras Receitas Operacionais (NOTA 17)	1.592.147	3.044.666	3.124.018
Despesas de Pessoal	-892.196	-1.782.659	-1.492.947
Outras Despesas Administrativas	-869.534	-1.821.085	-1.690.967
Despesas Tributárias	-35.999	-65.033	-50.102
Outras Despesas Operacionais (NOTA 18)	-76.506	-271.190	-134.783
RESULTADO OPERACIONAL	2.898.670	5.722.180	5.108.975
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (NOTA 19)	0	17.034	11.363
RESULTADO ANTES DOS JUROS AO CAPITAL	2.898.670	5.739.214	5.120.338
Juros ao Capital (NOTA 17)	-1.089.283	-2.294.711	-2.397.542
SOBRAS LÍQUIDAS	1.809.387	3.444.503	2.722.796

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Palmeiras de Goiás - GO, 31 de Dezembro de 2017.

JOSE RENNER DE SOUZA RATES
CPF.:301.740.231-20
PRESIDENTE

RICARDO WAGNER DE OLIVEIRA
CPF: 219.008.331-15
DIRETOR ADMINISTRATIVO

FERNANDA CASTORINA CAMPOS
Contadora CRC-GO 020222/0-3
CPF.: 017.748.781-00



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
 (Valores em R\$)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE SOBRAS			SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL
		LEGAL	FAC	CONTINGÊNCIA FUNCAAF		
SALDOS NO INICIO DO PERÍODO EM: 01/01/2016	19.225.959	4.176.506	868.267	131.523	744.229	25.146.484
AUMENTOS DE CAPITAL:						
- Por Incorporação de Sobras	744.229				-744.229	0
- Por Incorporação de Reservas	868.267		-868.267			0
- Por Integralizações	1.621.098					1.621.098
- Incorporação de Juros ao Capital	2.397.542					2.397.542
Baixa Capital	-2.839.001					-2.839.001
OUTROS EVENTOS:						
- Constituição/Reversão FUNCAAF				3.747		3.747
- Doação						0
SOBRAS (PREJUÍZO) DO PERÍODO					2.722.796	2.722.796
(DESTINAÇÃO)/REVERSÃO DO FATES					96.661	96.661
DESTINAÇÕES:						
- Fates					-140.973	-140.973
- Reserva Legal		845.837			-845.837	0
- Fundo Para Aumento de Capital (FAC)			986.810		-986.810	0
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM: 31/12/2016	22.018.094	5.022.343	986.810	135.270	845.837	29.008.354
MUTAÇÕES NO PERÍODO	2.792.135	845.837	118.543	3.747	101.608	3.861.870
SALDOS NO INICIO DO PERÍODO EM: 01/01/2017	22.018.094	5.022.343	986.810	135.270	845.837	29.008.354
AUMENTOS DE CAPITAL:						
- Por Incorporação de Sobras	845.837				-845.837	0
- Por Incorporação de Reservas	986.810		-986.810			0
- Por Integralizações	1.408.242					1.408.242
- Incorporação de Juros ao Capital	2.294.712					2.294.712
Baixa Capital	-2.291.776					-2.291.776
OUTROS EVENTOS:						
- Constituição/Reversão FUNCAAF				106.844		106.844
SOBRAS (PREJUÍZO) DO PERÍODO					3.444.503	3.444.503
(DESTINAÇÃO)/REVERSÃO DO FATES					151.697	151.697
DESTINAÇÕES:						
- Fates					-179.810	-179.810
- Reserva Legal		1.078.860			-1.078.860	0
- Fundo Para Aumento de Capital (FAC)			1.258.670		-1.258.670	0
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM: 31/12/2017	25.261.919	6.101.203	1.258.670	242.114	1.078.860	33.942.766
MUTAÇÕES NO PERÍODO	3.243.825	1.078.860	271.860	106.844	233.023	4.934.412

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Palmeiras de Goiás - GO, 31 de Dezembro de 2017.

JOSE RENNER DE SOUZA RATES
 CPF.:301.740.231-20
 PRESIDENTE

RICARDO WAGNER DE OLIVEIRA
 CPF:219.008.331-15
 DIRETOR ADMINISTRATIVO

FERNANDA CASTORINA CAMPOS
 CONTADORA CRC-GO 020222/0-3
 CPF.: 017.748.781-00

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

Semestre e Exercício findos em 31 de Dezembro de 2017
 e Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

Descrição	2º Semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Sobras líquidas antes do imposto de renda e da contribuição social.....	1.809.387	3.444.503	2.722.796
Ajustes as sobras/perdas líquidas: (não afetaram o caixa)	571.932	557.663	508.494
Despesas de depreciação e amortização.....	27.283	59.544	64.543
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	544.649	490.882	443.951
Perda de capital - baixa de imobilizado.....	-	7.237	-
Variações patrimoniais:	(4.364.866)	2.255.184	(3.308.025)
Relações interfinanceiras e interdependências.....	12.477.946	566.631	(8.537.353)
Operações de crédito.....	(12.287.606)	(3.795.522)	2.930.610
Outros créditos.....	31.230	(641.134)	(554.761)
Outros valores e bens.....	-	-	-
Depósitos.....	(3.285.760)	5.698.465	2.276.285
Obrigação por Letras do Agronegócio.....	(714.522)	140.654	-
Outras obrigações.....	(586.154)	286.090	577.194
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.983.547)	6.257.350	(76.735)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Alienação de investimentos.....	-	-	-
Alienação de imobilizado de uso.....	-	-	-
Aquisição de investimentos.....	(336.823)	(595.302)	(724.086)
Aquisição de imobilizado de uso.....	(469.406)	(520.447)	(58.318)
Aplicação no intangível.....	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(806.229)	(1.115.749)	(782.404)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento/(redução) de capital.....	(193.302)	(883.534)	(1.217.903)
Incorporação de juros ao capital.....	-	2.294.712	2.397.542
Constituição/(Reversão) do FATES.....	(28.113)	(28.113)	(44.312)
Constituição/(Reversão) do FUNCAAF - Reserva Estatutária.....	56.500	106.844	3.747
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(164.915)	1.489.909	1.139.074
AUMENTO/(REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.954.691)	6.631.510	279.935
Varição do Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.954.691)	6.631.510	279.935
Caixa e equivalentes de caixa no início do período.....	25.663.503	16.077.302	15.797.367
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período.....	22.708.812	22.708.812	16.077.302

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Palmeiras de Goiás, 31 de dezembro de 2017.

José Renner de Souza Rates
 CPF.: 301.740.231-20
 Presidente

Ricardo Wagner de Oliveira
 CPF.:219.008.331-15
 Diretor Administrativo

Fernanda Castorina Campos
 CPF.: 017.748.781-00
 Contadora - CRC-GO 020222/O-3

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PALMEIRAS E REGIÃO LTDA.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

NOTA 1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PALMEIRAS E REGIÃO LTDA - SICOOB PALMEIRAS** é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **02/02/1993**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA – SICOOB GOIÁS CENTRAL** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB PALMEIRAS** possui **2** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **TURVÂNIA – GO e PALMINÓPOLIS – GO.**

O **SICOOB PALMEIRAS** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

NOTA 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foram autorizados pela Diretoria Executiva em 23/02/2018.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 - Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/2015.

Para melhor compreensão, as demonstrações estão expressas em unidade de Real, padrão monetário vigente.

NOTA 3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos, de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2017 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2017.

NOTA 4. Relações interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2017 e 2016**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira - Cooperativas	22.336.581	15.783.360

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB GOIÁS CENTRAL**, conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

NOTA 5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	143.185	-	143.185	166.160
Empréstimos	10.537.188	4.352.153	14.889.341	12.326.596
Títulos Descontados	5.687.095	-	5.687.095	7.327.586
Financiamentos	844.603	1.117.718	1.962.321	1.889.990
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	15.049.377	-	15.049.377	12.402.764
(-) Provisões para Operações de Crédito	(655.091)	(399.224)	(1.054.315)	(740.730)
TOTAL	31.606.357	5.070.647	36.677.004	33.372.365

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA - Normal	2.729.459	-	-	-	2.729.459	-	2.339.361	-
A 0,5% Normal	6.978.312	3.820	575.342	6.306.818	13.864.292	(69.321)	12.091.000	(60.455)
B 1% Normal	4.764.914	261.996	1.298.024	5.075.918	11.400.852	(114.009)	15.583.093	(155.831)
B 1% Vencidas	-	5.409	-	-	5.409	(54)	225.289	(2.253)
C 3% Normal	2.569.932	198.357	88.955	3.666.641	6.523.884	(195.717)	1.800.032	(54.001)
C 3% Vencidas	255.178	20.700	-	-	275.877	(8.276)	320.803	(9.624)
D 10% Normal	1.413.752	64.808	-	-	1.478.560	(147.856)	1.257.558	(125.756)
D 10% Vencidas	291.650	3.032	-	-	294.682	(29.468)	100.520	(10.052)
E 30% Normal	384.955	9.000	-	-	393.955	(118.187)	9.624	(2.887)
E 30% Vencidas	479.309	34.349	-	-	513.658	(154.098)	65.524	(19.657)
F 50% Normal	3.968	-	-	-	3.968	(1.984)	4.787	(2.394)
F 50% Vencidas	8.785	-	-	-	8.785	(4.393)	-	-
G 70% Normal	-	500	-	-	500	(350)	8.596	(6.017)
G 70% Vencidas	86.509	2.933	-	-	89.442	(62.609)	50.349	(35.244)
H 100% Normal	61.571	1.613	-	-	63.183	(63.183)	203.912	(203.912)
H 100% Vencidas	78.868	5.942	-	-	84.810	(84.810)	52.647	(52.647)
Total Normal	18.906.863	540.094	1.962.321	15.049.377	36.458.655	(710.607)	33.297.963	(611.253)
Total Vencidos	1.200.299	72.365	-	-	1.272.664	(343.708)	815.132	(129.477)
Total Geral	20.107.162	612.459	1.962.321	15.049.377	37.731.319	(1.054.315)	34.113.095	(740.730)
Provisões	(804.486)	(39.011)	(18.526)	(192.292)	(1.054.315)		(740.730)	
Total Líquido	19.302.676	573.448	1.943.795	14.857.085	36.677.004		33.372.365	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	2.507.312	7.560.602	4.352.154	14.420.068
Financiamentos	195.338	649.266	1.117.717	1.962.321
Financiamentos Rurais	23.014	15.026.363	-	15.049.377
TOTAL	2.725.664	23.236.231	5.469.871	31.431.766

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	29.470	559.740	294.613	-	883.823	2%
Setor Privado - Indústria	-	-	49.245	-	49.245	0%
Setor Privado - Serviços	99.593	2.533.286	1.492.384	1.080.922	5.206.185	14%
Pessoa Física	471.523	11.917.579	3.831.663	13.968.455	30.189.220	80%
Outros	11.873	1.371.784	19.190	-	1.402.847	4%
TOTAL	612.459	16.382.389	5.687.095	15.049.377	37.731.320	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	(740.730)	(296.779)
(Constituições)/Reversões	(491.219)	(443.951)
Transferência para prejuízo	177.634	-
Saldo Final	(1.054.315)	(740.730)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	1.497.750	4,00%	1.236.518	4,00%
10 Maiores Devedores	10.612.488	28,00%	9.357.227	27,00%
50 Maiores Devedores	26.806.516	71,00%	23.847.524	70,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	466.623	484.845
Valor das operações transferidas no período	177.634	-
Valor das operações recuperadas no período	(89.326)	(18.222)
TOTAL	554.931	466.623

g) Operações renegociadas:

Em 31/12/2017 a cooperativa apresentou saldo de renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 2.308.142, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

NOTA 6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Rendas a Receber (a)	10.507	12.246
Diversos	1.413.083	770.210
<i>Adiantamentos e Antecipações Salariais</i>	4.753	3.458
<i>Adiantamentos por Conta de Imobilizações (b)</i>	1.199.852	562.619
<i>Devedores por Depósitos em Garantia (c)</i>	103.198	103.198
<i>Impostos e Contribuições a Compensar (d)</i>	97.128	97.128
<i>Títulos e Créditos a Receber</i>	3.704	3.385
<i>Devedores Diversos – País</i>	4.448	422
TOTAL	1.423.590	782.456

- (a) Refere-se a rendas oriundas de convênio com CELG, SANEAGO, TELECOMUNICAÇÕES, TRIBUTOS FEDERAIS, ESTADUAIS, DPVAT, FGTS E OUTROS, as quais serão recebidas a partir do mês de janeiro de 2018.
- (b) Depósito em juízo relativo ao PIS e COFINS incidentes sobre as receitas de atos cooperativos, que vem sendo discutido judicialmente (vide nota 27).
- (c) Refere-se ao custo de implantação de Data Center (Projeto Inova TI), que será reclassificado para o Ativo Permanente quando da conclusão e entrada em funcionamento. O contrato foi firmado entre a cooperativa e a empresa LCS Desenvolvimento, Negócios e Intermediações Ltda.
- (d) Refere-se a valores pagos de IRRF sobre juros ao capital.

NOTA 7. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB GOIÁS CENTRAL e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Participações em cooperativa central de crédito	3.022.942	2.723.688
Participações inst financ controlada coop crédito	1.987.852	1.691.804
TOTAL	5.010.794	4.415.492

NOTA 8. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Terrenos	450.000	-	
Móveis e equipamentos de Uso	161.697	160.427	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(98.232)	(84.965)	
Sistema de Comunicação	4.136	4.136	20%
Sistema de Processamento de Dados	325.449	306.572	10%
Sistema de Segurança	79.709	65.909	10%
Sistema de Transporte	36.500	26.000	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(352.145)	(338.273)	
TOTAL	607.114	139.806	

NOTA 9. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos preestabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixados. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *Pro rata temporis*; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	9.504.303	5.980.691
Depósito a Prazo	10.631.608	8.456.755
TOTAL	20.135.911	14.437.446

Os depósitos até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	2.219.500	10,00%	2.451.400	15,00%
10 Maiores Depositantes	7.092.337	32,00%	6.362.019	38,00%
50 Maiores Depositantes	12.915.473	58,00%	10.983.652	66,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2017	2016
Despesas de Depósitos a Prazo	(1.169.439)	(1.463.451)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(25.909)	-
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(36.127)	(28.896)
TOTAL	(1.231.475)	(1.492.347)

NOTA 10. Relações Interfinanceiras

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e capital de giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2017	31/12/2016
Recursos do Bancoob	8.526.138	7.633.776
(-) Despesa a apropriar Bancoob	(276.830)	(182.999)
TOTAL	8.249.308	7.450.777

NOTA 11. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	2017	2016
Ordens de Pagamento	2.219.500	2.451.400
TOTAL	2.219.500	2.451.400

Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

NOTA 12. Outras Obrigações

Descrição	2017	2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	16.242	2.599
Sociais e Estatutárias	373.906	354.064
Fiscais e Previdenciárias	441.858	392.850
Diversas	930.559	726.962
TOTAL	1.762.565	1.476.475
Circulante	1.659.367	1.373.277
Não circulante	103.198	103.198

12.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado de Atos com Associados	175.245	147.134
Resultado de Atos com Não Associados	160.889	160.889
Cotas de Capital a Pagar	37.772	46.041
TOTAL	373.906	354.064

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

12.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para impostos e contribuições/lucros	3.884	-
Impostos e contribuições a recolher	437.974	392.850
TOTAL	441.858	392.850

12.3 Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	15.360	13.580
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	640.570	181.171
Provisão para Demandas Judiciais (Nota 24)	103.198	113.104
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	63.721	-
Credores Diversos – País	107.710	419.107
TOTAL	930.559	726.962

- (a) Saldo composto, basicamente, pelos seguintes eventos: valor a pagar decorrente de aquisição de terreno para construção da sede própria da cooperativa (R\$ 450.000), provisão para pagamento despesas de pessoal (R\$ 86.618) e outras despesas administrativas (R\$ 103.952).
- (b) Refere-se à contabilização, a partir de 01/01/2017, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das obrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de Dezembro de 2017, a cooperativa é responsável por obrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 6.372.059 (R\$ 3.531.049 em 31/12/2016), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Até 31 de dezembro de 2016, esta provisão vinha sendo contabilizada na rubrica 4.9.9.35.00-2 – “Provisão para Contingências” (vide Nota 24), tendo sido reclassificada para a conta 4.9.9.45.00-9 a partir de janeiro de 2017, conforme determina o § 3º, do artigo 6º, da Resolução CMN nº 4.512/2016.

NOTA 13. Instrumentos financeiros

O SICOOB PALMEIRAS opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo e empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 14. Patrimônio líquido

Nomenclatura	2017	2016
Capital Social	25.261.919	22.018.094
Fundo para Aumento de Capital	1.258.670	986.810
Fundo de Reserva	6.101.204	5.022.343
Reservas para Contingências	242.113	135.270
Sobras ou Perdas Acumuladas	1.078.860	845.837
TOTAL	33.942.766	29.008.354

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 25.261.919 com recursos provenientes do PROCAPCRED – Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito ou SICOOB Cotas Partes.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	25.261.919	22.018.094
Associados	1.270	1.122

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de **30%**, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Reserva de Contingência

Fundo instituído pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23 de dezembro de 2014, sob registro na Ata Sumaria nº. 28, que tem por objetivo proteger o patrimônio numerário da cooperativa, por meio da cobertura de eventuais sinistros (arrombamentos, assaltos, furtos e outras ações criminosas) em que a cooperativa possa vir a ser vítima, bem como ao desenvolvimento da cooperativa. Os recursos terão origem do provisionamento mensal no valor de 3% (três por cento) do resultado líquido mensal, antes da provisão do imposto de renda.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 18/02/2017, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, no valor de R\$ 845.837.

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2017	2016
Resultado antes da Tributação	3.444.503	2.722.796
Ajustes utilização de Recursos FATES	151.697	96.661
Resultado Ajustado, base de cálculo das destinações	3.596.200	2.819.457
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 30%	(1.078.860)	(845.837)
Fundo de assistência técnica, educacional e social – 5%	(179.810)	(140.973)
Fundo de Aumento de Capital – 35%	(1.258.670)	(986.810)
Sobra à disposição da Assembleia Geral – 30%	1.078.860	845.837

NOTA 15. Provisão de Juros ao Capital

A cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

NOTA 16. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2017	2016
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	303.040	200.102
Rendas de Empréstimos	3.820.538	3.190.588
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.741.813	1.988.625
Rendas de Financiamentos	419.578	443.342
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	482.960	677.854
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	524.699	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. Rec. Direcionados à vista (obrigatórios)	48.992	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. Rec. Direcionados da Poupança Rural	175.777	-
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	183.289	778.175
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	91.800	69.356
TOTAL	7.792.486	7.348.042

NOTA 17. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2017	2016
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	129.741	-
Rendas Juros Cartão de Crédito	-	1.976
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito	-	1.280
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito	-	710
Distribuição de Sobras da Central	27.090	-
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	2.343.693	2.621.476
Outras Rendas Operacionais	544.142	498.576
TOTAL	3.044.666	3.124.018

NOTA 18. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2017	2016
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(9.926)	(8.324)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(141)	(12)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(1.780)	(966)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	(1.146)	(606)
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(37.226)	(40.500)
Outras Despesas Operacionais	(37.415)	(75.799)
Provisão para Garantias Prestada	-	(8.576)
Garantias Financeiras Prestadas	(183.556)	-
TOTAL	(271.190)	(134.783)

NOTA 19. Resultado não operacional

Descrição	2017	2016
Lucro em Transações com Valores de Bens	16.000	-
Ganhos de Capital	15.424	13.952
(-) Perdas de Capital	(7.237)	-
(-) Outras Despesas não Operacionais	(7.153)	(2.589)
Resultado Líquido	17.034	11.363

NOTA 20. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2017**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	21.701.821	20,64%	40.908
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	12.567.310	11,95%	26.229
TOTAL	34.269.131	32,59%	67.137
Montante das Operações Passivas	4.803.734	13,35%	

Operações ativas e passivas – saldo em **2017**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	171.586	3.332	36%
Crédito Rural	8.892.627	149.543	59%
Empréstimo	4.196.530	62.210	29%
Financiamento	49.594	697	3%
Títulos Descontados	863.003	1.833	15%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.502.137	15,87%	0%
Depósitos a Prazo	766.653	7,12%	0,49%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Desconto de Cheques	2,26%	
Empréstimos	2,31%	
Financiamento	1,87%	
Aplicação Financeira - Pós Fixada	89,92%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2017	
Empréstimos e Financiamentos	10,71%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	15,24%
Crédito Rural (modalidades)	9,22%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	11.652.309
Empréstimos e Financiamentos	9.842.283
Títulos Descontados	30.000

As doações efetuadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

DOAÇÕES A PARTES RELACIONADAS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R\$)	
Pessoa Física	
Pessoa Jurídica	
TOTAL DOAÇÕES	

No exercício de <2017> os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R\$)	
Honorários	(117.350)
Encargos Sociais	(24.686)

NOTA 21. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PALMEIRAS E REGIÃO LTDA - SICOOP PALMEIRAS, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOP GOIÁS CENTRAL, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOP GOIÁS CENTRAL é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOP GOIÁS CENTRAL a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOP PALMEIRAS responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOP GOIÁS CENTRAL perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOP GOIÁS CENTRAL:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Centralização Financeira	22.336.581	15.783.360
Investimentos	3.022.942	2.723.688

Os auditores independentes responsáveis pelo exame das demonstrações contábeis do SICOOB GOIÁS CENTRAL, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, emitiram relatório de auditoria datado de 15 de fevereiro de 2018, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

NOTA 22. Gerenciamento de Risco

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN n.º .3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

22.1 Risco operacional

1. As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.
2. O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
3. As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
4. Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.
5. A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
6. Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

22.2 Risco de Mercado e de Liquidez

1. O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do **Sicoob Palmeiras** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

2. Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, o **Sicoob Palmeiras** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
3. No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de *stress* e de aderência ao modelo de mensuração de risco (*backtesting*).
4. No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de *stress* e planos de contingência.
5. Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, o **Sicoob Palmeiras** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

22.3 Risco de Crédito

1. O gerenciamento de risco de crédito do **Sicoob Palmeiras** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
2. Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o **Sicoob Palmeiras** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
3. Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.
4. Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o **Sicoob Palmeiras** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

22.4 Gerenciamento de capital

1. A estrutura de gerenciamento de capital do **Sicoob Palmeiras** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

2. Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o **Sicoob Palmeiras** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
3. O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:
 - a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
 - b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
 - c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.
4. Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

NOTA 23. Seguros contratados – Não auditado

A cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 24. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2017	2016
Índice de Basileia	71,01%	75,31%

NOTA 25. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2017		31/12/2016	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	103.198	103.198	103.198	103.198
Provisão para Garantias Financeiras (Nota 12.3)		-	9.906	-
TOTAL	103.198	103.198	113.104	103.198

O montante registrado refere-se à provisão constituída para riscos fiscais relativa ao PIS e à COFINS, que se encontram depositados em juízo. A legalidade de recolhimento está sendo questionada pelas cooperativas de crédito integrantes do sistema Sicoob Goiás, por meio do mandado de segurança aforados pelas mesma, com pedido de liminar. Foi concedida em 01.08.2000, liminar determinando a autoridade competente para se abster de exigir das cooperativas de crédito do Sistema Sicoob Goiás a contribuição para a COFINS sobre receitas com atos cooperativos próprios (Lei 5.761/71), que se encontra suspensa, excluindo-se da decisão os atos praticados com terceiros. Em 25.11.2005, o TRF da 1ª Região julgou e deu ganho de causa às cooperativas de crédito integrantes do Sistema Sicoob Goiás, em relação ao recurso de apelação no Mandado de Segurança, no que diz respeito à cobrança da COFINS. Segundo Assessoria Jurídica do Sicoob Goiás Central, a Receita Federal recorreu da decisão e ainda se aguarda o resultado do recurso.

PALMEIRAS DE GOIÁS-GO, 31 de Dezembro de 2017.

**JOSÉ RENNER DE SOUZA RATES
PRESIDENTE**

**RICARDO WAGNER DE OLIVEIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO**

**ALEXANDRO DE LELLIS
DIRETOR OPERACIONAL**

**FERNANDA CASTORINA CAMPOS
CONTADOR 020222/O3**